

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.414.772 - SP (2018/0329241-0)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : ALTIERE PINTO RIOS JUNIOR E OUTRO(S) - SP128030
AGRAVADO : LINDOMAR GABRIEL DE SOUZA
AGRAVADO : ROGERIO SPOSITO FORNAZARI
AGRAVADO : RODOLFO DE CASTRO ALVES
AGRAVADO : EDINILSON PEDROSO DE LIMA
AGRAVADO : CARLOS ALBERTO GALAN
AGRAVADO : MARCIO CANDIDO
AGRAVADO : VRADIMIR OLIVEIRA DE SOUZA
AGRAVADO : JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA
AGRAVADO : REGINALDO BARBOSA RODRIGUES
AGRAVADO : JOSE ROBERTO BARBOSA TIMOTEO
ADVOGADO : FELIPE EDUARDO MIGUEL SILVA E OUTRO(S) - SP332465

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. OMISSÃO. 535, II, do CPC/1973 [1.022, II, do CPC/2015]. VIOLAÇÃO. RETORNO DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial manejado por FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão assim ementado:

AGRAVO INTERNO Decisão monocrática Inteligência do art. 557, do CPC Possibilidade, independentemente de outros pressupostos Cabível ao relator negar provimento, de forma monocrática, a recurso que se apresentar em confronto com jurisprudência dominante do mesmo Tribunal ou de Tribunal Superior, ante o disposto no art. 557, caput, segunda parte do Código de Processo Civil Ausência de vício a ser sanado na decisão agravada Decisão mantida Recurso improvido.

Embargos de declaração rejeitados.

No especial, alega-se negativa de prestação jurisdicional, "por não haver sido apreciada a questão posta acerca da prescrição e limitação temporal". No mérito, aponta-se pela prescrição ou pela limitação temporal dos supostos prejuízos decorrente da conversão de vencimento de servidores em URV.

Apresentadas contrarrazões.

Após juízo negativa de admissibilidade, sobreveio o presente recurso.

Não foi ofertada contraminuta.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Não há óbices ao conhecimento da querela submetida.

Constata-se que as instâncias ordinárias não enfrentaram a matéria posta em debate na medida necessária para o deslinde da controvérsia.

Relembro que a jurisprudência do STJ é pela possibilidade de se remeter a apuração do valor devido em liquidação de sentença somente após da constatação inequívoca do "an debeatur" (cf. AgInt no AREsp 1179832/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 27/03/2018), o que não parece ter ocorrido no caso dos autos.

Além disso, o STJ pacificou entendimento no sentido de que "as diferenças remuneratórias decorrentes da conversão dos proventos dos servidores em URV, embora não possam ser compensadas com reajustes posteriores, ficam limitadas no tempo quando houver ocorrido a reestruturação da carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório". Precedentes: AgRg no REsp 1.333.769/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, DJe 29/11/2013; AgRg no REsp 1.302.854/MG, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 10/5/2013; AgRg no AREsp 294.130/MG, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 29/4/2013; AgRg no AREsp 199.224/MG, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 24/10/2012" (STJ, AgRg no REsp 1.320.532/MG, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 16/5/2014). Dessarte, "o prazo prescricional começa a correr com a entrada em vigor de norma que reestrutura a carreira, com a instituição de um novo regime jurídico remuneratório, limitando a existência de possíveis diferenças salariais" (STJ, AgRg no REsp 1.424.052/SC, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 26/3/2014). (AREsp 1196439/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017).

A omissão quanto a tópico relevante para a solução da controvérsia, suscitado em momento oportuno, torna intransponível o óbice para o conhecimento do tema na via estreita do especial, por falta de prévio questionamento (cf: REsp 1407764/SC, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 25/10/2013).

Caracterizado o vício de omissão, *error in procedendo*, forçoso reconhecer a ofensa ao comando normativo inserto no artigo 535, II, do CPC/1973 [1.022, II, do CPC/2015], e, por conseguinte, a necessidade de anulação do aresto para que outro seja proferido, em novo julgamento na origem (v.g.: AgRg no REsp 1376741/PE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, DJe 07/10/2013).

Incidente o teor da Súmula nº 568/STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso

especial, nos termos da fundamentação, determinando que os autos retornem à origem para rejuízo do recurso integrativo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

